

# **TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL FUNCIONÁRIOS À MALHA URBANA DA CIDADE**

**GUIMARÃES, Érika Neves**  
**Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES**  
**PEREIRA, Anete Marília**  
**Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES**

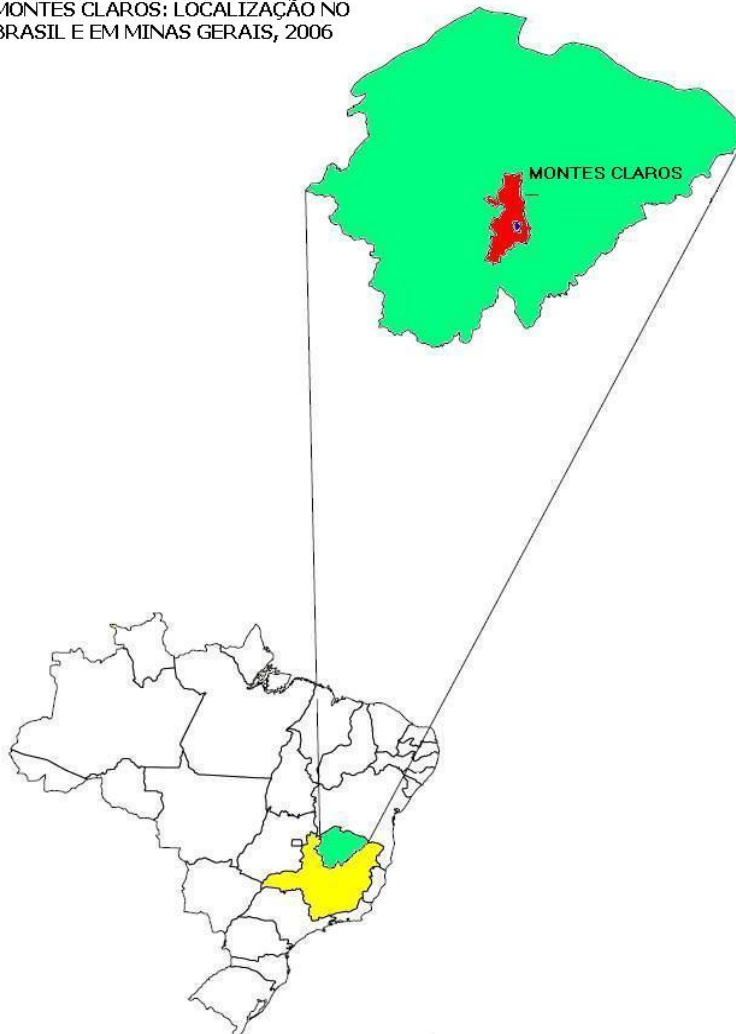
## **RESUMO**

Este estudo trata da análise do processo espontâneo que transformou o Conjunto Habitacional Funcionários em parte integrante da cidade de Montes Claros, situada no Norte de Minas Gerais. Foram implantadas no Brasil diversas políticas habitacionais nos últimos anos com a intenção de fornecer moradias às classes sociais de menor poder aquisitivo e promover o “bem estar social”. Entretanto, estas políticas apresentavam decisões unilaterais que visavam atender interesses geopolíticos de expansão capitalista geralmente, baseadas em conceitos econômicos. O Conjunto Habitacional Funcionários foi construído na década de 70 do século XX, através da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – COHAB - MG no intuito de atender a demanda por habitações do funcionalismo público do Estado. Este conjunto apresentava características comuns a outros conjuntos habitacionais construídos na época, tais como: repetição do partido arquitetônico, monotonia visual, segregação urbana, economia de recursos gerando moradias reduzidas. Ao longo dos anos, foram incorporadas às residências diversas intervenções por parte dos moradores que transformaram um espaço segregado em espaço integrado. Atualmente o antigo conjunto habitacional é conhecido como bairro Funcionários, localizado em área valorizada da cidade, se encontrando totalmente integrado à malha urbana, não se verificando mais o “aspecto de conjunto habitacional”. A metodologia empregada neste estudo foi uma revisão bibliográfica, pesquisa em órgãos públicos e trabalho de campo. Neste trabalho de campo, fez-se um levantamento da situação atual do bairro com registro fotográfico e aplicação de um questionário junto aos moradores. Para uma melhor análise dos dados obtidos foram elaborados gráficos e tabelas. A pesquisa apresentou resultados que esclarecem de que forma o processo de integração urbana ocorreu. Sua importância se deve não só para entender as dinâmicas urbanas e sociais, como também serve de registro para orientar políticas públicas de intervenção urbana.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre o Conjunto Habitacional Funcionários, atualmente conhecido como bairro Funcionários, localizado na zona sul da cidade de Montes Claros situada no Norte de Minas Gerais/Brasil (mapa 1). A cidade de Montes Claros possui uma população de 352.384 habitantes. Este conjunto foi escolhido como objeto de estudo por ter sido construído há mais de trinta anos e se apresentar completamente inserido à malha urbana, não se identificando mais a estrutura de conjunto habitacional seriado.

MAPA 1  
MONTES CLAROS: LOCALIZAÇÃO NO  
BRASIL E EM MINAS GERAIS, 2006



Escala: 1:4000  
Fonte: Base Cartográfica Seplan/PMMC, Julho/2006.  
Elaboração: FRANÇA, I.S.de.

Os conjuntos habitacionais, construídos em larga escala, geram grande impacto no meio-ambiente das cidades devido à homogeneidade das construções e da grande extensão territorial que ocupam. Entretanto, após reformas sucessivas efetuadas pelos próprios moradores das edificações, os conjuntos habitacionais unifamiliares são completamente modificados, misturando-se ao entorno das cidades. Este processo, comum em diversos lugares, foi constatado no conjunto habitacional do bairro Funcionários. Esta pesquisa é relevante ao estudo geográfico por se tratar de um tema social e urbano, relacionado à geografia humana.

Como o conjunto habitacional Funcionários se inseriu na cidade de Montes Claros? Esta é a questão básica que norteia este trabalho. Buscando esta resposta depara-se também com outras questões: Como ocorreram as mudanças nas unidades habitacionais? O bairro possui

uma infra-estrutura adequada? Existe um padrão de alterações? Este bairro apresenta um meio-ambiente que ofereça qualidade de vida? Estas são as questões que serviram como orientação no trabalho de pesquisa. Entender de que forma ocorreram as modificações e se elas apresentam algum tipo de padrão é o enfoque de interesse deste estudo.

A metodologia empregada baseou-se no levantamento bibliográfico a fim de obter sustentação teórica para o desenvolvimento do tema. A pesquisa em órgãos públicos como prefeitura municipal, constituiu uma segunda etapa do trabalho. Na terceira fase, procedeu-se a observação direta e a documentação fotográfica. Com o trabalho de campo pode-se identificar qual a infra-estrutura do bairro Funcionários, ou seja, se ele possui rede de água, esgoto, asfalto, coleta de lixo, etc. Em seguida, foram feitas entrevistas com os moradores com o objetivo de conhecer o ponto de vista dos habitantes do bairro. O questionário aplicado possuía questões quantitativas e qualitativas para obter tanto respostas objetivas quanto respostas amplas e subjetivas. Através dos questionários procurou-se descobrir como as casas foram alteradas e por quê. O questionário aplicado apresentou nove questões com abordagens sobre a renda familiar e questões relacionadas à moradia: se a residência é própria ou alugada, quais as modificações realizadas, se as modificações foram feitas por um profissional ou não. O questionário abordou também, aspectos relacionados com o saneamento e a qualidade dos serviços básicos do bairro, dando oportunidade aos moradores de manifestarem opiniões.

É importante destacar ainda, que o meio-ambiente urbano é de primordial importância para o ser humano, é nele que grande parte da população mundial passa a maior parte da vida. Torna-se necessário e urgente entender as questões básicas que direcionam a vida do homem numa cidade e desta forma, prever possíveis soluções mais adequadas para o bem estar humano. Além da geografia, este estudo também é de interesse do urbanismo, antropologia e sociologia. Na maioria das vezes, as propostas são repetidas ao longo de anos, sem uma preocupação com a realidade atual. Através da observação direta e de uma análise das questões levantadas, pode-se encontrar soluções atualizadas e mais adequadas às necessidades do cidadão.

## **1. PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS CIDADES**

A necessidade humana de viver em sociedade remonta de tempos pré-históricos quando os homens viviam em bandos para caçar, reproduzir e se protegerem das agressões externas. O desenvolvimento humano trouxe a escrita, as artes e formas mais complexas de socialização. As cidades antigas surgem com a necessidade dos grupos dominantes de exercerem o poder de forma mais efetiva, como também, da necessidade de homens comuns de se protegerem de seus inimigos dentro de cidades muradas.

Segundo Santos (1987), o termo cidadão como conhecemos atualmente, tem sua origem com o surgimento do capitalismo e com o fim do regime feudal. As pessoas passam a ter direito a um trabalho remunerado e a livre ascensão social, surgindo também os princípios dos direitos civis. A chegada do capitalismo aboliu os vínculos de servidão entre o dono da terra e o trabalhador. Com o homem do burgo livre nasceu o cidadão. Apesar das primeiras idéias de cidadania e direitos civis terem surgido através dos pensamentos gregos na Idade

Antiga, naquele tempo, o exercício da cidadania não se estendia a todos, pois haviam escravos, estrangeiros e mulheres que não podiam exercê-lo.

As características principais de cada cidade surgem a partir de diversos fatores. Os condicionantes podem ser de ordem política, social ou econômica. As cidades são determinadas pela interação social e pelas condições espaciais, sendo que, na maioria dos casos, o espaço urbano delimita a condição social especificando o valor do cidadão. Para Santos (1987), nas sociedades capitalistas o valor do cidadão está atribuído à condição de posse, entretanto este valor também é condicionado pelo seu lugar no território, como também das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência e preço). Pessoas com a mesma formação ou mesmo salário, são diferenciadas de acordo com o lugar onde vivem.

Singer (1979), num estudo sobre solo urbano e economia capitalista, infere que alguns agentes imobiliários servem como agentes de especulação, uma vez que utilizam artifícios na valorização de terras, implementando bairros em locais distantes da cidade, destituídos de infra-estrutura. Através da reivindicação dos moradores, o poder público se vê obrigado a levar infra-estrutura para estes locais, valorizando terras intermediárias que ainda não foram comercializadas. O valor da terra está diretamente relacionado aos serviços oferecidos, sendo que as classes de renda mais elevada se apropriam das áreas com melhores equipamentos e infra-estrutura, enquanto as classes de renda mais baixa ficam com as zonas pior servidas por serem mais baratas.

O processo de segregação se relaciona basicamente à habitação, enquanto que os outros fatores estão ligados ao comércio e a indústria. Corrêa (1997) argumenta que as áreas segregadas apresentam uniformidade de ocupação dentro de uma estrutura social própria. Ocorre a união de determinado grupo social numa mesma região, “são áreas com forte homogeneidade social interna e forte disparidade social entre elas”. Portanto, a segregação está condicionada a fatores de ordem social e econômica que determinam o agrupamento característico daquela região. São exemplos também de segregação, os conjuntos habitacionais feitos pelo governo que condicionam os moradores de determinado nível social a viverem da mesma forma.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS NO BRASIL**

#### **3.1 - Histórico e Características Atuais**

Davidovich (1995), num estudo sobre a urbanização no Brasil, considera que as políticas de urbanização após o golpe de 1964 visavam atender interesses geopolíticos e expandir as formas de capitalismo. Pode-se perceber que o modelo econômico capitalista encontrou um campo propício para se desenvolver no país, após a referida data. Havia no país infra-estrutura e um mercado consumidor crescente. Pode-se constatar, mais uma vez, a influência da economia e da política no processo de urbanização brasileiro.

Apesar de todos os esforços, na verdade, a estrutura urbana brasileira não conseguiu absorver o crescimento populacional. Durante décadas sucessivas, as cidades foram invadidas por levas de trabalhadores desqualificados em busca de empregos na indústria e

nos diversos ramos comerciais. Ao contrário do que ocorreu na Europa, não foi só a mecanização do campo que provocou o êxodo rural, mas também, a permanência de um sistema rural arcaico, baseado em grandes latifúndios para criação de gado ou produção de monoculturas de exportação.

As camadas mais carentes da população, por não possuírem recursos nem para moradia mínima, aglomeram-se em áreas próximas às indústrias ou centros comerciais, desprovidas de infra-estrutura e saneamento básico. Nestes terrenos, geralmente de topografia acidentada, edificam barracos utilizando tijolos, papelão, latas, ou qualquer outro recurso disponível, caracterizando assim, as favelas, cortiços e mocambos.

As construções habitacionais, até o início do século XX, ficavam sob a responsabilidade da iniciativa privada. As moradias populares eram construídas pelos próprios moradores ou fornecidas por empresários como um meio de manter o operariado “preso” às fábricas. Com o “inchaço” urbano e agravamento da crise habitacional, o governo “sentiu” a necessidade de interferir no processo. No começo, as intenções eram as mesmas dos empresários capitalistas, ou seja, através da habitação popular, o governo pretendia influenciar as camadas populares.

Em 1964, instalou-se o governo ditatorial militar e com ele o Banco Nacional da Habitação (BNH), que moldou a política habitacional do país, através da seletividade nos financiamentos. Para que os programas pudessem ser implantados, foi necessário criar órgãos financeiros e administrativos, surgindo então, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

No setor econômico, o SFH era composto pelo BNH, pelos bancos privados e Caixas Econômicas, enquanto que no setor administrativo havia as Companhias Estatais de Construções Habitacionais – COHABs e os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOPs, responsáveis pela construção de conjuntos habitacionais. Os mecanismos utilizados para capitalizar recursos foram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE.

Atualmente, no que se refere à habitação dois mil anos de história convivem num mesmo tempo e espaço. O desenvolvimento das comunicações e dos transportes diminuiu as distâncias e aproximou os povos, entretanto o conhecimento tecnológico manipulado por poucos fez crescer as desigualdades. Ainda existem locais no planeta, onde se constrói em barro e palha, ao mesmo tempo, em que conquistas tecnológicas permitem ao homem sobreviver no espaço, dentro d’água, em desertos e nas geleiras.

Habitar não significa apenas residir numa unidade familiar, mas também, ocupar em comunidade um determinado local. Os conjuntos habitacionais estão inseridos dentro de um conjunto urbano, sendo assim, para adquirir uma visão geral da situação torna-se necessário rever a condição humana na sociedade atual. A maior parte do convívio humano ocorre em comunidades rurais, pequenas, médias e grandes cidades. A insatisfação que parte da população do interior tem com as pequenas comunidades está relacionada mais a fatores de ordem social e econômica do que propriamente com a infra-estrutura urbana, já que esta ainda se encontra em estado de equilíbrio funcional. Atualmente, tem-se notado uma

tendência de inversão de migração: das grandes cidades para médias e pequenas, devido à violência e a má qualidade de vida dos grandes centros.

Apesar dos esforços de várias entidades no intuito de contornar os problemas das grandes cidades, pode-se perceber que o sistema de arranjo espacial moderno funciona bem até certo limite, a partir do qual há uma saturação. O simples fato de haver um equilíbrio entre população e equipamento urbano não significa um aumento na qualidade de vida, muito pelo contrário, esta tem diminuído cada vez mais, nos centros urbanos, de grande e médio porte. Não se pode mais ignorar os graves problemas sociais existentes no país que interferem na qualidade de vida.

A pressão exercida pelos interesses econômicos e políticos ocasiona à construção maciça de conjuntos habitacionais extensos e monótonos, sem nenhum compromisso de ordem humana ou criativa. Além do impacto urbano causado por tipologias inadequadas ao entorno, foram detectados problemas de pós-ocupação. Muitas pessoas diferentes eram obrigadas a habitar um espaço residencial absolutamente igual. Isto levou a alteração do projeto original pelos moradores sem que houvesse nenhum tipo de planejamento. Segundo Martins (1999), o universo padronizado e hierarquizado dos conjuntos habitacionais condiciona a diversidade representada pelos moradores a uma lógica estadista. Este sistema impõe um espaço homogêneo e rígido aos moradores. Esta forma de conceber as moradias leva ao aparecimento de contradições entre o espaço concebido prescrito pelo Estado e o espaço vivido pelos moradores. Isto revela que a luta pela vida no interior dos conjuntos continua com suas dificuldades e dilemas, mesmo que o sonho da casa própria tenha se realizado.

Cabe destacar que os prédios de apartamentos significaram uma grande inovação no modo de viver dos brasileiros. Nos apartamentos de classe média, tornou-se necessário racionalizar os antigos espaços residenciais, como também, uma superposição funcional: copa-cozinha, quarto-sala e sala de jantar junto com estar. Já as moradias para a população de baixa renda atravessaram o século XX praticamente sem inovações na composição espacial. O programa habitacional mínimo para esta faixa da população, ainda consiste em casas de quarto, sala, banho e cozinha, como nas primeiras vilas operárias. O que variou, nos últimos anos, foi a qualidade do material de acabamento e o sistema construtivo empregado, de maneira que fosse possível a redução no custo das mesmas.

Falivene (1992) especifica que nos conjuntos habitacionais para a classe média, a extrema racionalização gera distorções de ordem funcional. Os moradores são espremidos em espaços exíguos que não atendem bem a sua função. Nestas áreas não há preocupações estéticas ou funcionais, não há áreas de lazer ou áreas verdes, as residências são muito úmidas ou extremamente expostas ao sol tornando os invernos e verões insuportáveis. Estes programas extremamente racionalizados criam distorções no ambiente construído, as moradias não suprem as necessidades dos habitantes gerando as alterações futuras.

### **3 CONJUNTO HABITACIONAL FUNCIONÁRIOS**

#### **3.1 - Aspectos Gerais**

O conjunto habitacional Funcionários, construído em 1970, fazia parte do loteamento do bairro Cândida Câmara, de propriedade de Abelardo Câmara. Através da Associação dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais – ASPENG e com a orientação do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOP, foram construídas inicialmente setenta residências destinadas aos servidores públicos. Entretanto, o programa, também foi aberto às pessoas que não eram funcionários públicos. As residências foram construídas em etapas, sendo que restaram alguns lotes vagos dentro do conjunto habitacional. Houve muita procura, já que as casas eram financiadas pelo BNH em até vinte cinco anos.

A maior parte das residências era de aproximadamente setenta metros quadrados. O programa inicial possuía seis cômodos: uma sala, uma cozinha, três quartos e banheiro. As casas não apresentavam área de serviço ou dependência de empregada, possuíam apenas um tanque na parte externa da casa. As residências não tinham garagem ou muro frontal, tinham apenas uma mureta na frente e muros laterais.

No começo, as ruas não apresentavam pavimentação, eram de cascalho. Apesar de não faltar água e ter um abastecimento contínuo, as pessoas tinham como o hábito furar cisternas em seus quintais. As ruas não apresentavam arborização, o que foi acrescentado posteriormente.

Outras mudanças que também descaracterizam completamente os módulos originais são os acréscimos de mais um pavimento às casas. O bairro apresenta residências na sua maioria de um pavimento, entretanto, algumas casas de dois pavimentos surgem em alguns pontos do bairro revelando uma tendência à verticalidade. Este fato ocorre porque os terrenos são estreitos com apenas dez metros de frente o que leva o morador a querer aproveitar o máximo a sua ocupação.

O questionário aplicado no bairro Funcionários referente a esta pesquisa procurou especificar os tipos de alterações ocorridas nas casas do conjunto habitacional, bem como o nível de qualidade de vida que o bairro oferece. Este levantamento, sobre a qualidade de vida, decorre de questões que abordam os serviços básicos existentes.

Segundo Souza (1984), a facilidade de acesso dos moradores aos bens da cidadania indica algumas vezes, o nível de qualidade de vida de um determinado local. A qualidade de vida de uma cidade ou região é especificada por diversos fatores que na maioria das vezes se refere à facilidade de acesso à renda, habitação, educação, saúde, transporte, saneamento, educação e segurança. Estes fatores são de difícil mensuração dando margem a interpretações errôneas. Para se especificar melhor a qualidade de vida, podem ser abordados, também, fatores de ordem subjetiva como no caso do sentimento emocional do morador com relação ao bairro ou região que habita. Esta abordagem interfere no resultado final da pesquisa quantitativa, pois pode valorizar ou desqualificar alguns itens quantificados. O estudo do bairro, através do questionário, procurou abordar de forma equilibrada estes dois aspectos misturando perguntas objetivas e subjetivas.

## 4.2 - Transformações ocorridas no Bairro Funcionários

Na pesquisa de campo foi utilizado um universo de 60 entrevistas, aproximadamente 20% das 266 residências. Através dos resultados encontrados nos questionários foram elaborados diversos gráficos para facilitar a análise dos dados. Pode-se concluir pelo gráfico 1 que o bairro apresenta vários níveis de renda familiar. Entretanto há uma predominância da classe média que é representado pela classe de rendimentos que variam de 3 a 5 salários mínimos e acima de 5 salários mínimos. Estes dois níveis sociais representam 81% da amostra. Não foi estipulado qual o teto de rendimentos da família, porém analisando o padrão das moradias constata-se que não se trata de classe alta.

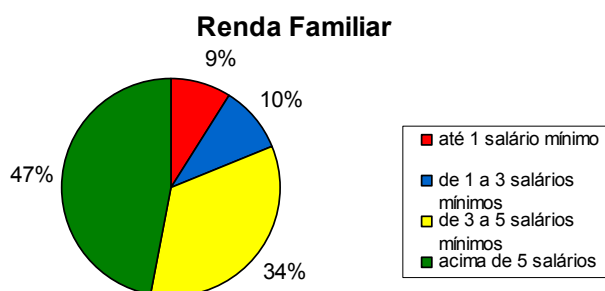


Gráfico 1: Renda familiar  
Fonte: Pesquisa direta, 2002.

A maior parte dos moradores entrevistados referentes à amostra, mora em sua própria casa o que por consequência facilitou a realização de reformas e acréscimos. Apenas 8% das moradias são de casas alugadas, o que de certa forma, contribui para se manter a residência original. As residências cedidas por terceiros foram de 5% do total, enquanto que não se observou outro tipo de ocupação residencial.

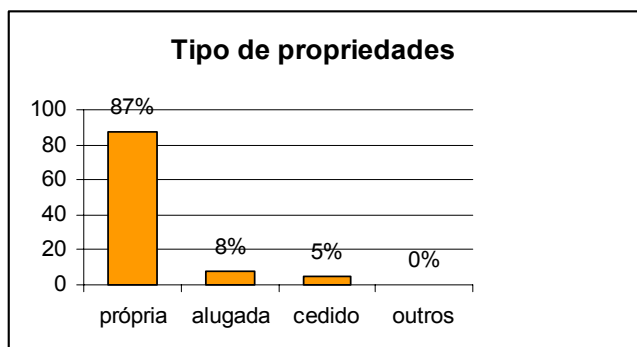


Gráfico 2: Tipo de propriedades  
Fonte: Pesquisa direta, 2002.

Os entrevistados são, na maioria, antigos no bairro, pois 66% residem no bairro Funcionários há mais de 15 anos, o que propicia um maior vínculo dos moradores com o



local em que habitam. Provavelmente, a maior parte dos entrevistados adquiriu as residências no início do conjunto habitacional, sendo que o restante (34%) adquiriu a casa há menos de 15 anos, quando já não era financiada pelo BNH. Além disto, existe a mesma proporção de moradores com até cinco anos de moradia e dos moradores de cinco a 15 anos de residência. Como o conjunto habitacional foi construído há 32 anos, conclui-se que alguns dos moradores originais ainda residem no bairro. Nestes dados estão incluídas, também, as pessoas que vivem de aluguel ou em residências cedidas.

### Tempo de residência

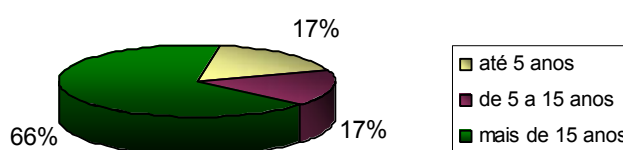


Gráfico 3: Tempo de residência  
Fonte: Pesquisa direta, 2002.

Quanto à forma como as moradias foram adquiridas, constatou-se que a maior parte dos moradores (55%) financiou sua residência. O item referente a “nenhuma alternativa” diz respeito às casas alugadas e lotes vagos que correspondem a 11% da amostra. Os proprietários novos que não fizeram parte do plano habitacional original provavelmente influenciaram para mudar o perfil do bairro que originalmente era só de funcionários públicos. Parte significativa (26%) comprou suas moradias.

### Forma de aquisição

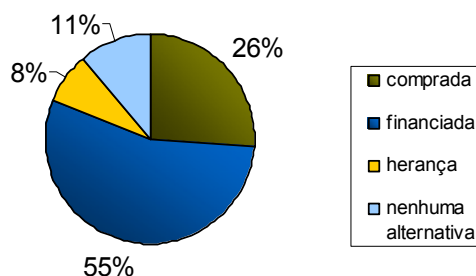


Gráfico 4: Forma de aquisição  
Fonte: Pesquisa direta, 2002.

O perfil das alterações realizadas nas moradias é mostrado no gráfico 5. Pode-se perceber que o número maior de alterações se refere ao acréscimo de muro ou grade sendo que, em segundo lugar, vem o acréscimo da garagem. Segundo dados da pesquisa, o número médio de cômodos acrescentados foi de quatro unidades por residência, sendo que houve acréscimo de no mínimo, uma unidade e no máximo, 20 unidades.

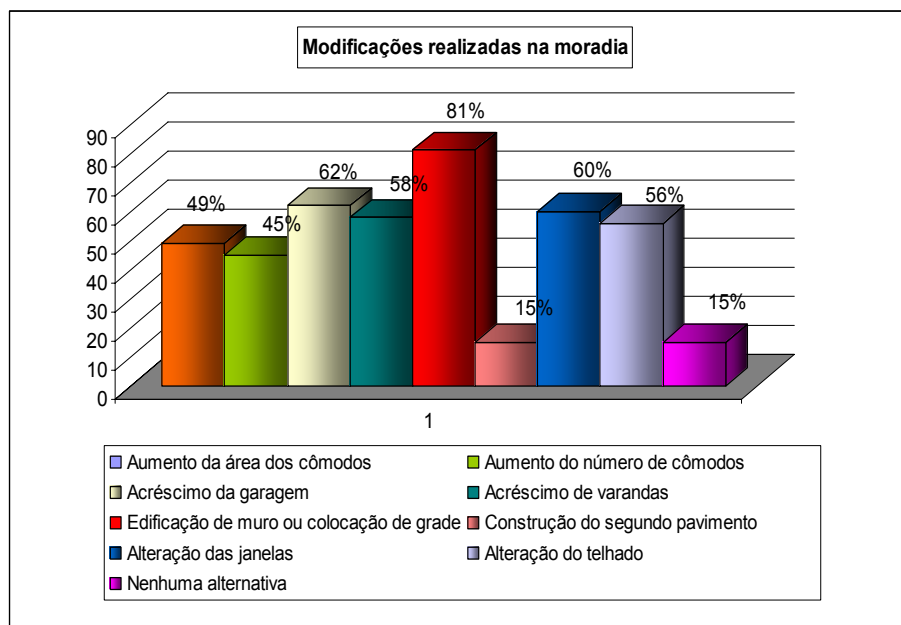


Gráfico 5: Modificações realizadas  
Fonte: Pesquisa direta, 2002.

Estes resultados refletem as alterações sociais ocorridas desde a construção do conjunto habitacional Funcionários com relação às necessidades das famílias de classe média. Adquirir um automóvel, como também, a busca de maior segurança foram mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos. Dentro do universo da pesquisa, 15% das moradias permaneceram inalteradas. A construção do segundo pavimento, também foi um item pouco assinalado, o que pode ser comprovado pela horizontalidade predominante no bairro.

A resposta mais freqüente foi que a residência original era pequena e não atendia as necessidades da família de maior conforto e segurança. Alguns moradores declararam motivos estéticos ou que a residência estava velha. Poucos entrevistados responderam que necessitavam de mais sombra ou de consertar infiltrações o que gerou alterações no telhado. Em um dos casos, a moradora derrubou a moradia original, adquiriu um lote vizinho e construiu outra residência, o motivo para isto, segundo ela é que a moradia original não atendia às suas necessidades estéticas e de conforto.

Como parâmetro para verificação da qualidade de vida do bairro, questionou-se o padrão de serviços básicos de água, luz, esgoto e coleta de lixo. Analisando o gráfico 6, pode-se

perceber que aproximadamente 70% dos moradores acham os serviços básicos bons, enquanto que cerca de 20% considera os serviços ótimos. Esses resultados mostram a grande satisfação que os moradores entrevistados têm com o bairro. Apenas uma pequena parcela acha os serviços ruins. Pode-se perceber que dentro de cada qualificação a variação de resultados é pequena de um serviço básico para o outro, o que reflete uma opinião homogênea dentro de cada sub-item de qualificação.

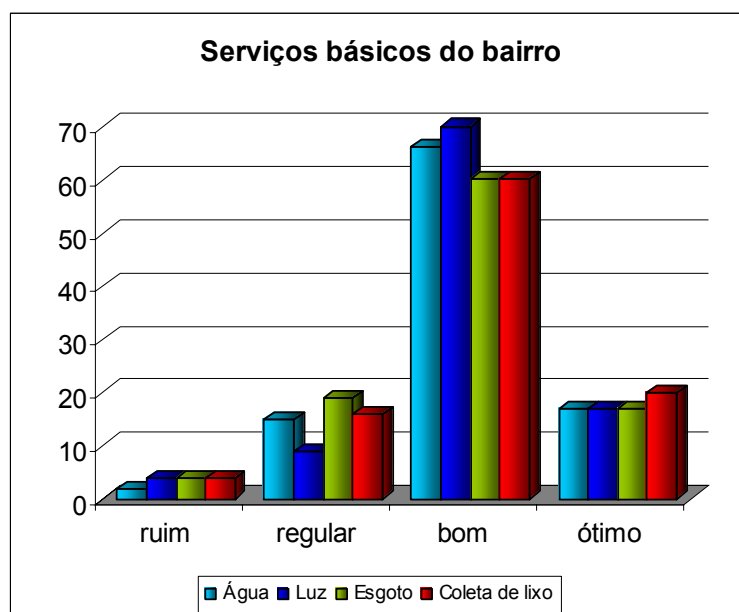


Gráfico 6: Serviços Básicos do bairro  
Fonte: Pesquisa direta, 2002.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Correntes arquitetônicas e urbanísticas modernas que se disseminaram pelo mundo ocidental após a segunda guerra mundial apoiavam a construção seriada. Os modernistas diziam que a beleza estava na praticidade e funcionalidade e que estas construções deveriam atingir um maior número de pessoas através da repetição seriada. Entretanto, o que se nota em vários conjuntos construídos segundo este modelo no Brasil e no mundo é que os moradores, quando possível, alteram a concepção arquitetônica do projeto inicial, buscando sair da padronização para uma personalização das moradias.

No bairro Funcionários, vários moradores citaram o fator estético como causa das alterações, ou seja, a beleza é subjetiva demais para ser um produto padronizável. A moradia pode até ser bonita esteticamente, mas não agrada a todos ao mesmo tempo. O maior erro dos construtores de grandes conjuntos habitacionais é querer que muitas pessoas habitem da mesma forma.

Outro aspecto que deve ser focado é de natureza social e psicológica. As pessoas, de modo geral, gostam de ostentar um status diferenciado para a sociedade, sendo que, uma forma de mostrar sua posição social e financeira é através dos bens de consumo como casa e carro. Morar em um conjunto habitacional, devido à forma como nivela e padroniza as pessoas, diminui o *status* daquele cidadão diante da sociedade, criando uma forma de segregação. Uma maneira que os moradores encontram para mudar esta situação é alterar a moradia para diferenciá-los dos vizinhos.

Era necessário que os idealizadores de conjuntos habitacionais permitissem uma maior flexibilidade nas construções dando opções de variações estéticas e funcionais. A maior parte das pessoas entrevistadas disse que a residência não atendia às necessidades da família. Além disso, as concepções de projeto se detêm apenas ao tempo em que são construídos os conjuntos, não prevendo projeções futuras.

As mudanças sociais e culturais ocorridas no país, ao longo destes anos, influenciaram as alterações realizadas pelos moradores no Conjunto Habitacional Funcionários. Na época da construção do conjunto poucas pessoas possuíam carro próprio, desta forma, as casas não apresentavam garagem. Naquela época, também, Montes Claros era uma cidade tranqüila com relação à segurança, sendo assim, não havia muro na frente das residências. O resultado das pesquisas apontou como sendo as mais freqüentes alterações a construção de muros e de garagens. Sendo assim, é importante uma visão abrangente das tendências futuras, para que as residências sejam facilmente adaptáveis.

O bairro funcionários se encontra bem localizado, na zona sul da cidade, próximo ao *shopping center* e com fácil acesso ao centro da cidade. A localização privilegiada junto com uma infra-estrutura adequada gerou uma grande valorização. O que antes era segregação na fase de conjunto habitacional se transformou em *status* e valorização. Tendo em vista uma aparente contradição, pode-se notar que apesar de descaracterizado como conjunto habitacional, o bairro Funcionários se integrou na malha urbana, pois esta não é padronizada e racionalizada como um conjunto habitacional permitindo assim, a manifestação de variações construtivas geradas pela liberdade de intervenção do cidadão.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 121 - 144.

DAVIDOVICH, Fany R. **Considerações Sobre a Urbanização no Brasil**. In CHRISTOFOLETTI, Antônio et alli (org). Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995, pp. 79 -135.

FALIVENE, Júlia Alves. **Metrópoles: Cidadania e Qualidade de Vida**. São Paulo: Moderna, 1992.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **Espaço e Política na Realidade dos Conjuntos Habitacionais**. In DAMIANI, Amélia Luiza et alli (org). O Espaço no Fim do Século. São Paulo: Contexto, 1999, pp. 132 – 171.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SINGER, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In MARICATO, Ermínia (org). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega , 1979, pp. 21 -71.

SOUZA, Amaury, **Qualidade da Vida Urbana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, pp. 7 -101.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. In VELHO, Otávio Guilherme (org). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, pp. 7 – 133.